



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 679885 - SP (2021/0218219-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : RAFAEL SANTELLO MAZUCHELLI
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por RAFAEL SANTELLO MAZUCHELLI à decisão que indeferiu liminarmente o habeas corpus, por se tratar de reiteração de pedido.

Alega que o referido julgado seria omissos, uma vez que o decreto prisional emitido em fevereiro de 2021 ainda não teria sido alvo de deliberação por esta Corte Superior de Justiça, que analisou diversos *habeas corpus* impetrados em seu favor no ano de 2019.

Afirma que o resultado da perícia e os depoimentos dos policiais também não teriam sido examinados por este Sodalício, demonstrando que o presente *writ* trata de matéria nova.

Requer o acolhimento dos aclaratórios para que os defeitos apontados sejam sanados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a sanar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há nenhum vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

A decisão é clara ao consignar que a matéria aqui suscitada é também objeto dos seguintes *habeas corpus*: HC 507.519/SP, HC 562.130/SP; HC 564.168/SP; HC 580.551/SP; HC 585.107/SP; HC 588.118/SP, HC 610.006/SP e HC 628.950/SP, constatando-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (fl. 175).

Registre-se que "*não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução*" (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.642.531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, veja-se o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e determino a remessa

dos autos diretamente ao ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência